

## **20.º aniversário da queda do muro de Berlim**

Fundação Calouste Gulbenkian

2 de Novembro de 2009

Intervenção de Luís Moita

### **Dinamismo das sociedades e mutações políticas – as lições das últimas décadas**

Naquele Outono de há vinte anos, a sucessão dos acontecimentos ultrapassou o previsível e a história acelerou perante a surpresa geral. Não era de modo algum a primeira vez que tais convulsões abalavam a nossa Europa, mas seria porventura a primeira vez que elas ocorriam sem guerra. Assistimos a uma profunda alteração do mapa político da Europa e a uma verdadeira mutação no desenho da geopolítica mundial. Mas a originalidade desse processo era a de que, apesar da sua magnitude, ele não resultava de qualquer conflito armado em grande escala.

Não estávamos habituados a isso. Convivíamos com o facto milenar de serem as guerras a moldar a configuração das sociedades e do seu peso relativo. E casos exemplares pontuavam com excessiva frequência a história do nosso Continente. Basta ver o da Polónia, quem sabe o mais paradigmático, país que aparecia e desaparecia do mapa (simplesmente não existiu como Estado independente durante 123 anos), ou via as suas fronteiras repetidamente alteradas, ao sabor das múltiplas guerras que o envolviam. Ou então o caso da primeira unificação da Alemanha: o espaço germânico estava fragmentado num sem número de unidades políticas, mas encontrou força centrípeta na hegemonia prussiana, justamente consolidada pela vitória da guerra franco-prussiana de 1870-71. E assim por diante, com as guerras a construir ou a eliminar nações e a ditarem o traçado da correlação de forças no xadrez internacional.

Algo de diferente se passou naquela transição dos anos '80 para os '90 do séc. XX. Talvez alguns antecedentes da década anterior fizessem adivinhar as diferenças que se aproximavam. Logo dez anos antes, em 1979, o regime iraniano do Xá Reza Pahlavi caíra fragorosamente, não por qualquer rebelião armada, mas por força de um poderoso movimento de massas de índole religiosa, liderado por Ruhollah Khomeini. Nesse mesmo ano, o Exército Vermelho, ao invadir o Afeganistão, interviu pela primeira vez no exterior do Bloco e a grande potência militar

terrestre retiraria ingloriamente passados dez anos, parecendo antecipar a tendência para a ineficácia do uso da força para imposição de vontade política.

Esta linha de pensamento conduz-nos a uma possível conclusão: as grandes mutações políticas ocorridas, há vinte anos, na Europa do Leste não foram consequência dos tradicionais confrontos militares, antes resultaram da força de movimentos sociais de envergadura e, portanto, do dinamismo das respectivas sociedades. Vejamos, neste sentido, algumas situações carregadas de significado.

Citemos de novo o caso da Polónia que aparece aqui como precursor. Temos hoje dificuldade em perceber toda a influência surgida da eleição, em 16 de Outubro de 1978, do primeiro Papa polaco da história, bem como a importância da primeira peregrinação de Karol Wojtyła ao país natal para estar presente em Cracóvia, de 2 a 10 de Junho de 1979, no nono centenário da morte de Santo Estanislau. A marca do catolicismo histórico somada ao sentimento do nacionalismo polaco formou uma onda que despertou energias sociais adormecidas. Sem essa mistura seria difícil interpretar a emergência do movimento operário em Gdansk, com a greve dos 17.000 trabalhadores do seu estaleiro, em Agosto de 1980, levando à criação do Solidarnosc de Lech Walesa, logo em Setembro desse mesmo ano.

Pode mesmo dizer-se que a Polónia foi o primeiro país do bloco soviético a sair do "socialismo real". O golpe de Estado do General Jaruzelski, com a introdução da lei marcial e a proclamação do estado de sítio, entre 1981 e 1985, comprovou que o país tinha abandonado precocemente o campo do marxismo-leninismo e subvertido a ortodoxia, pois a sociedade era doravante comandada pelo exército e já não pelo partido de vanguarda da classe operária... Passou por aí o princípio do fim da Guerra Fria. Ao longo da década de '80 os acontecimentos vão precipitar-se, culminando com a mesa-redonda entre o regime e a oposição, onde foram acordadas as eleições legislativas de Agosto de 1989 e donde sai Tadeusz Mazowiecki, destacado intelectual católico e membro do Solidarnosc, como primeiro-ministro polaco. Ainda em Dezembro desse ano, há a eleição presidencial de Lech Walesa.

Na primavera do mesmo ano de 1989 – um ano que parece concentrar um potencial explosivo acumulado – foi a Hungria a consumir a ruptura com o passado de modo pacífico, quem sabe ainda afectada pela memória do esmagamento pelo exército soviético do levantamento popular de 1956. É certo que o movimento de resistência se revelara já desde 1987, com a pressão reformista a fazer-se sentir em Budapeste. Mas aí o processo de ruptura teve a particularidade, à maneira do que tinha ocorrido na URSS, de ser comandado, digamos, de cima para baixo, dado o papel inspirador do prestigiado economista Miklós Németh, primeiro-ministro do

país desde Novembro 1988. Conductor de reformas, ele teve a compreensão de que a sociedade húngara já se tinha afastado definitivamente do regime comunista e suscitou iniciativas de base, promoveu o associativismo, permitiu a criação de movimentos para-partidários, aligeirou a repressão sobre a liberdade de imprensa.

Ora os dirigentes húngaros anteciparam de algum modo o derrube do muro de Berlim, pois em 2 de Maio de 1989 tomaram a decisão de abrir a fronteira entre o seu país e a Áustria. Longe de ser uma simples medida administrativa, tal directiva teve o alcance de, nem mais nem menos, romper com a Cortina de Ferro, tornando possível um movimento imparável. Em 19 de Agosto, um pique-nique organizado junto da fronteira austro-húngara foi assinalado por uma fuga em massa: 661 cidadãos alemães do Leste passaram nesse dia para o Ocidente. E muitos milhares, através da Hungria, lhes seguiram os passos nos dias seguintes. Pouco mais tarde, em 23 de Outubro, aniversário da revolução de 1956, foi proclamada a nova República húngara.

Se foi pacífica a transição na Hungria, não o foi menos na Checoslováquia. Por alguma razão ela ficou designada para a história como Revolução de Veludo. Esta expressão poderia insinuar que as mudanças políticas foram decididas em ambiente palaciano, de corredores alcatifados e reposteiros aveludados. Mas não. No curto período de pouca mais de um mês, entre 16 de Novembro e 29 de Dezembro de 1989, assistimos ao desmoronar do regime por força de movimentos populares. Também aí, logicamente, as raízes do processo tinham antecedentes de lenta maturação, com relevo para a célebre Carta 77 (preparada ao longo de '76 e divulgada em 1 de Janeiro de 1977), com Vaclav Havel como primeiro signatário. A prisão deste escritor e dramaturgo desencadeou ondas de protestos e a reivindicação da sua liberdade esteve no centro de manifestações estudantis e populares. Centenas de milhares de pessoas encheram as ruas de Praga, a mesma cidade da "Primavera" de 1968. Simbolicamente, Alexander Dubcek, o homem dessa Primavera, foi eleito Presidente da Assembleia Nacional, e Vaclav Havel, enquanto dirigente do Forum Cívico, foi eleito Presidente da República.

O carácter não violento da transição para o pós-comunismo na Checoslováquia estabeleceu uma matriz que tornou possível a separação pacífica da República Checa e da Eslováquia, consumada já em 1 de Janeiro de 1993. Contrariando todos os precedentes históricos, uma dramática alteração de fronteiras – com a cisão de um país em dois – ocorre sem conflito violento, seguindo a melhor tradição da Revolução de Veludo.

O processo alemão é bem conhecido e nele se confirma a importância do dinamismo das sociedades para determinar as mudanças políticas. Já vimos o êxodo de alemães do Leste para Ocidente através dos postos fronteiriços austro-húngaros. Ao declínio do regime somava-se a atracção pelas sociedades do outro lado da Cortina de Ferro, certamente facilitada pela nova possibilidade de captação das televisões para além das fronteiras. O espírito de abertura de Mikhail Gorbatchev na URSS contagiava a opinião pública da antiga RDA. A 7 de Outubro de 1989 comemoram-se os 40 anos do regime, mas as manifestações populares têm o cunho da oposição. Em Potsdam, no Brandeburgo, como em Karl-Marx-Stadt (agora Chemnitz), na Saxónia, apesar da repressão policial, as manifestações multiplicam-se. Mas sobretudo em Leipzig, também na Saxónia, o movimento de massas adquire uma dimensão impressionante, apoiado em reuniões de oração e de reivindicação da liberdade em templos protestantes, nomeadamente a igreja luterana de São Nicolau, donde alastram até abrangerem dezenas de milhar de manifestantes.

No final desse mês, as manifestações sucedem-se por todo o país. Pouco a pouco, Berlim-Leste torna-se o epicentro do sismo que abala a RDA. Quando mais de um milhão de pessoas se concentra na cidade em 7 de Novembro, o governo comunista vê-se forçado a apresentar a sua demissão. Os episódios seguintes, na sua maravilhosa cenografia de homenagem à liberdade, estão na memória de todos, culminando no rompimento do Muro na noite de 9 de Novembro, faz agora 20 anos.

Os acontecimentos precipitam-se a partir daí. Logo em 18 de Março de 1990 têm lugar as primeiras eleições livres na Alemanha do Leste. Em 31 de Agosto, RDA e RFA assinam o Tratado de reunificação, sancionado pouco depois, a 12 de Setembro, pelas antigas potências ocupantes, tornando possível a reunificação em 3 de Outubro, sempre desse ano de 1990. Já aludimos ao facto de a primeira unificação da Alemanha, em 1871, ter resultado da guerra franco-prussiana; desta vez o país reencontra a sua unidade à margem de qualquer violência ou da utilização da força militar.

O que é impressionante é que o mesmo se pode dizer da implosão da União Soviética. De modo absolutamente improvável, um dos maiores impérios da história desagrega-se de maneira quase indolor. O tema fica de fora dos acontecimentos cuja comemoração aqui nos reúne, mas seria interessante recapitular os tópicos de um processo que assinalou uma das mais profundas transformações da geopolítica mundial: o imperativo dos direitos humanos consagrado na Acta Final de Helsínquia de 1975; a dissidência dos intelectuais russos; o bloqueio sócio-político da sociedade soviética, impedindo as reformas

económicas exigidas pelo fim do industrialismo pesado e pela transição tecnológica e informacional; a eleição de Mikhail Gorbatchev; a *glasnost* e a *perestroika*; e assim por diante. Assistimos ao colapso de um gigante por via não sangrenta. Contra o que por vezes se diz levianamente, esse processo não foi comandado por Washington, mas resultou das dinâmicas internas do espaço do "socialismo real".

A sucessão de todos os episódios evocados aponta numa mesma direcção. Recordámos a transição polaca, onde vimos a força do catolicismo e a influência do sindicalismo. Considerámos o caso da Hungria, com a sua via de reformas graduais e a sua capacidade de antecipar o derrube da Cortina de Ferro. Olhámos para a Checoslováquia, com a sua Revolução de Veludo e a sua pacífica cisão em dois Estados. Percorremos os principais acontecimentos da Alemanha do Leste para recordar a força imparável da mobilização popular e o singular êxito da unificação alemã. Aludimos à implosão do império soviético, ao desmembramento da URSS e ao declínio do campo socialista.

O que têm de comum todos estes factos é que eles ocorrem mercê do dinamismo das suas sociedades, sem recurso ao tradicional uso da força militar. O mesmo não haveria de acontecer na trágica desagregação da Jugoslávia. Mas o bloco soviético desmorona-se sem guerra. As mudanças políticas que recordámos na Europa do Leste há vinte anos foram determinadas por protestos populares (um pouco por todo o Bloco), correntes sindicais (com relevo para o Solidariedade), resistências de intelectuais (desde Sakharov e Soljenitsine), movimentos de massas (manifestações multitudinárias nas principais cidades), reivindicações nacionalistas (húngaras, russas...), processos culturais (a permeabilidade das mensagens culturais em televisões transfronteiriças), sentimentos religiosos (o catolicismo polaco, o luteranismo alemão, a igreja ortodoxa russa...), em suma, factores do *soft power* onde foi decisiva a interacção entre figuras carismáticas e a mobilização popular no seu papel de protagonista da história.

Eis uma lição inestimável. A casa comum europeia (uma expressão gorbatcheviana que deveríamos recuperar) pode doravante afirmar-se, não já como teatro de operações de guerras recorrentes, mas como espaço de transições pacíficas, onde os dinamismos sociais e a determinação dos povos presidem à condução da história. Afinal, é isso a democracia, com o seu enorme poder de atracção.